

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.891 - MG
(2019/0350461-6)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : M L O (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

M. L. O. alega sofrer coação ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** no HC n. 1.0000.19.135578-3/000.

Requer, liminarmente e no mérito, **a revogação da custódia cautelar.**

Decido.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, em 7/10/2019, convalidada a constrição em preventiva, na mesma data, porque, "não obstante o conduzido **já ter cometido vários crimes, possuindo medida cautelar de afastamento, descumpriu tal medida,** de modo que oferece risco para a vítima" (fl. 45, grifei).

Por ocasião da audiência de custódia, a magistrada consignou ser a constrição "**medida necessária para manutenção da integridade física e psicológica da vítima e para evitar reiteração delitiva,** revelando-se no momento inadequada e insuficiente a imposição de medida cautelar diversa da prisão" (fl 55, destaquei).

Ao julgar o habeas corpus, o Colegiado estadual assim fundamentou a denegação da ordem (fls. 105-109, grifei):

In casu, a segregação provisória do paciente afigura-se necessária para a **garantia da ordem pública.** Vejamos.
Constata-se dos autos que, em 08.07.19, foram deferidas em favor da vítima Lúcia Helena Capitani, ex-companheira do paciente, medidas protetivas de urgência. Todavia, em 07.10.19, **o acusado, ciente das medidas protetivas**

impostas em seu desfavor, ignorando ordem judicial, teria se dirigido à residência da ofendida e, sem a autorização desta, adentrou o imóvel, recusando-se a sair do local.

[...]

Verifica-se, pois, que as medidas protetivas impostas não tiveram o condão de garantir a segurança da vítima, já que o ofensor, mesmo após cientificado da decisão judicial, continuou a importuná-la, situação que demonstra a alta periculosidade e propensão a recalcitrar na senda do crime.

Não bastasse, o paciente ostenta anterior condenação com trânsito em julgado com força para gerar reincidência pelo crime de ameaça (CAC fl. 39 – sequencial 02).

Ademais, ao contrário do que asseverou a impetrante, a decisão de primeiro grau – que converteu a prisão em flagrante delito em preventiva - restou devidamente fundamentada em dados concretos do processo, na necessidade da custódia cautelar do paciente para a garantia da ordem pública.

[...]

Assim, considerando a reincidência do paciente; considerando, ademais, que este, mesmo após a imposição de medidas protetivas de urgência, teria se aproximado da vítima, sua ex- companheira, descumprindo as medidas anteriormente fixadas em seu desfavor, verifico presente a periculosidade concreta que, com fundamento no princípio da necessidade, justifica a prisão processual.

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de motivação idônea, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva, porquanto o recorrente teria descumprido medidas protetivas, o que revela a sua clara periculosidade e a necessidade de garantir a integridade física e psicológica da vítima.

À vista do exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau, via malote digital.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público

Superior Tribunal de Justiça

Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator